

MC INFO SERVICES LTDA
CNPJ nº 32.934.392/0001-52 – NIRE nº 42205881682
TERCEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=XWA3oHhRAx54o14V/BWkRw&chave2=Ug8cwwspH_-ckGj5CvUIRA
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 03809363995-MARLON CHERUBINI|01600873928-MARCELO CHERUBINI

MARCELO CHERUBINI, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, nascido em 22/07/1976, empresário, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 00850905773, emitida pelo DENATRAN/SC, inscrito no CPF sob nº 016.008.739-28, residente e domiciliado na Rua Amadeu Nardi, nº 200, Centro, município de Tangará/SC, CEP 89.642-000.

MARLON CHERUBINI, brasileiro, solteiro, nascido em 29/04/1984, corretor de imóvel, inscrito no CRECI/SC sob nº 40749, portador da Carteira de Nacional de Habilitação nº 02423604372, emitida pelo DETRAN/SC, inscrito no CPF nº 038.093.639-95, residente e domiciliada na Rua João Menezes, nº 85, Centro, município de Tangará/SC, CEP 89.642-000.

Únicos sócios componentes da sociedade que gira sob o nome empresarial de **MC INFO SERVICES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 32.934.392/0001-52, com sede estabelecida na Rua João Menezes, nº 85, Sala, Centro, município de Tangará/SC, CEP 89.642-000, com Contrato Social arquivado na JUCESC (Junta Comercial do Estado de Santa Catarina) sob nº 42205881682, na data de 01/03/2019, **RESOLVEM** de comum acordo alterar seu contrato social mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO

O endereço da sociedade passa a ser na Avenida Irmãos Piccoli, nº 266, Sala 02, Centro, município de Tangará/SC, CEP 89.642-000, com Foro Jurídico na Comarca de Tangará/SC.

CLÁUSULA SEGUNDA – INCLUSÃO RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Os sócios deliberam delegar a responsabilidade técnica referente as atividades de intermediação imobiliária através da inclusão do parágrafo único na “Cláusula Quinta – Objeto Social”, ficando assim definida:

“5.1 - A sociedade tem por objeto social o ramo de:

- a) Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação;
- b) Consultoria em tecnologia da informação;
- c) Corretagem na compra, venda e avaliação de imóveis;
- d) Intermediação e corretagem de consórcios e na obtenção de empréstimos, financiamentos, títulos de capitalização e operações financeiras.

Parágrafo Único: A responsabilidade técnica perante as atividades de intermediação imobiliária ficará a cargo do sócio e corretor de imóveis **MARLON CHERUBINI**, inscrito no CRECI/SC sob nº 40749.”

CLÁUSULA TERCEIRA - ALTERAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO

3.1 – A sociedade criará o cargo de **Diretor Geral**, que será exercido pelo sócio **MARLON CHERUBINI**, **isoladamente**, com todos os poderes e atribuições necessárias para a realização total do objeto social, para praticar todas as operações e para a representação da sociedade, e também o cargo de **Diretor Administrativo**, que será exercido pelo sócio **MARCELO CHERUBINI**, em



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 21/10/2021 Data dos Efeitos 20/10/2021

Arquivamento 20217749232 Protocolo 217749232 de 21/10/2021 NIRE 42205881682

Nome da empresa MC INFO SERVICES LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 269696758145225

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/10/2021 Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício



21/10/2021

conjunto ou isoladamente, com poderes e atribuições inerentes à administração da sociedade, exceto para as atividades de intermediação imobiliária, perante as quais não possui nenhum poder.

3.2 - Os diretores designados estão dispensados de caução, autorizados ao uso do nome empresarial conforme as suas atribuições, vedados, no entanto, em atividades e operações estranhas ao interesse social, ou assumir obrigações, tais como fianças, avais, endossos ou aceites de títulos de favor, bem como oneração e alienação de imóveis da sociedade sem a autorização dos demais sócios, seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros.

Parágrafo Único: Os diretores aqui nomeados declaram sob as penas da lei que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

Diante disso, a “**Cláusula Oitava – DA ADMINISTRAÇÃO**” passa a ter a seguinte redação:

“8.1 - A sociedade é administrada pelo sócio **MARLON CHERUBINI**, o qual tem a designação de **Diretor Geral**, por prazo indeterminado, com todos os poderes e atribuições necessárias para a realização total do objeto social, para praticar todas as operações e para a representação da sociedade, assinando sempre **isoladamente**, estando dispensado de caução e autorizado ao uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades e operações estranhas ao interesse social, ou assumir obrigações, tais como fianças, avais, endossos ou aceites de títulos de favor, bem como oneração e alienação de imóveis da sociedade sem a autorização dos demais sócios, seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros.

8.2 – Por sua vez, o sócio **MARCELO CHERUBINI**, designado **Diretor Administrativo**, também por prazo indeterminado, possui poderes e atribuições totais inerentes à administração da sociedade, exceto para as atividades de intermediação imobiliária, assinando **em conjunto ou isoladamente**, estando dispensado de caução e autorizado ao uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades e operações estranhas ao interesse social e intermediações imobiliárias, ou assumir obrigações, tais como fianças, avais, endossos ou aceites de títulos de favor, bem como oneração e alienação de imóveis da sociedade sem a autorização dos demais sócios, seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros.

8.2 - Internamente são atribuídos todos os poderes para a gestão da sociedade e externamente todos os poderes para a representação, ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente, podendo transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos, confessar dívidas, fazer acordos e contrair obrigações, sempre conforme os poderes e as atribuições seu cargo.

8.3 – Externamente a sociedade considerar-se-á obrigada e/ou representada por seu administrador aqui designado, conforme os poderes e as atribuições seu cargo.

8.4 – A outorga de procuração em nome da sociedade somente poderá ser feita pelo administrador, especificando os atos a serem praticados e poderá ser por prazo determinado ou indeterminado, exceto para as atividades de intermediação imobiliária, que são vedadas ao procurador;

8.5 – O uso da denominação social é privativo do administrador nomeado, que responde solidária e ilimitadamente por culpa presumível por invigilância, imperícia, desídia ou dolo, pelos atos praticados contra este contrato social ou determinados por Lei;

8.6 – Pelos serviços prestados o administrador terá o direito a uma remuneração mensal, a título de pró-labore e cuja quantia será fixada pela maioria em reunião de quotista.



CLÁUSULA QUARTA - REFORMA E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Diante das alterações descritas acima e outras de ordem funcional e/ou redacional, os sócios deliberam reformar e consolidar seu Contrato Social, que passa a vigorar de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

MC INFO SERVICES LTDA
CNPJ nº 32.934.392/0001-52 – NIRE nº 42205881682
CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

Cláusula Primeira – NOME EMPRESARIAL

1.1 - Sob o nome empresarial de “MC INFO SERVICES LTDA” está constituída uma sociedade limitada, que será regida por este Contrato Social, pela Lei 10.406/2002 e supletivamente pela Lei das Sociedades Anônimas.

Cláusula Segunda – SEDE E FORO JURÍDICO

2.1 - A sede da sociedade é na Avenida Irmãos Piccoli, nº 266, Sala 02, Centro, município de Tangará/SC, com Foro Jurídico na Comarca de Tangará/SC.

Cláusula Terceira – DENÚNCIA DE FILIAIS

3.1 – A sociedade atualmente não possui filial, mas poderá a qualquer tempo abrir e fechar filiais ou outras dependências, mediante deliberação em reunião de sócios convocada pelos administradores e aprovada por maioria do capital.

Cláusula Quarta – INÍCIO E PRAZO DE DURAÇÃO

4.1 – A sociedade iniciou suas atividades em 01/03/2019 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

Cláusula Quinta – OBJETO SOCIAL

5.1 - A sociedade tem por objeto social o ramo de:

- a) Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação;
- b) Consultoria em tecnologia da informação;
- c) Corretagem na compra, venda e avaliação de imóveis;
- d) Intermediação e corretagem de consórcios e na obtenção de empréstimos, financiamentos, títulos de capitalização e operações financeiras.

Parágrafo Único: A responsabilidade técnica perante as atividades de intermediação imobiliária ficará a cargo do sócio e corretor de imóveis **MARLON CHERUBINI**, inscrito no CRECI/SC sob nº 40749

Cláusula Sexta – CAPITAL SOCIAL, QUOTAS E RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

6.1 - O capital social que é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), dividido em 10.000 (dez mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, já totalmente subscrito e integralizado pelos sócios.

6.2 – O capital social está assim distribuído entre os sócios:



SÓCIOS	QUOTAS	VALOR TOTAL
MARCELO CHERUBINI	5.000	R\$ 5.000,00
MARLON CHERUBINI	5.000	R\$ 5.000,00
TOTAL	10.000	R\$ 10.000,00

6.3 – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social;

6.4 - O capital social poderá ser aumentado ou reduzido, mediante alteração contratual deliberado por sócios que representem 75% (setenta e cinco por cento) do capital social;

6.5 – As quotas sociais são indivisíveis em relação à sociedade;

6.6 – No caso de condomínio de quota, os direitos a ela inerentes somente podem ser exercidos pelo condômino representante ou pelo inventariante do espólio do sócio falecido;

6.7 – As quotas sociais não poderão ser caucionadas, empenhadas, oneradas ou gravadas total ou parcialmente a qualquer título, salvo se com autorização de sócios que representem a maioria absoluta do capital social. A cessão das quotas obedecerá aos procedimentos previstos na cláusula sétima.

Cláusula Sétima – DA CESSÃO DE QUOTAS E DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

7.1 - As quotas sociais e os direitos de subscrição somente poderão ser cedidos a terceiros após terem sido ofertados aos demais sócios, que terão o prazo de 30 (trinta) dias para exercerem seu direito de preferência. Após esse prazo, em igualdade de condições, podem ser ofertados a terceiros estranhos a sociedade, como se sociedade de capital pura fosse. A notificação conterá a quantidade de quotas e/ou o direito de subscrição, preço e condições de pagamento.

7.2 – Se todos os sócios manifestarem seu direito de preferência, a cessão das quotas e ou direitos de subscrição se fará na proporção das quotas que então possuírem. Se nem todos exercerem o direito de preferência, os demais sócios poderão, no prazo adicional de 10 (dez) dias, adquirir, pró-rata, as quotas e ou direitos que sobejarem.

7.3 – Decorrido o prazo de preferência de subscrição e assumida pelos sócios, e por terceiros a totalidade do aumento, haverá reunião de sócios para que seja aprovada a modificação do contrato social;

7.4 – Não exercido o direito de preferência pelos sócios, o cedente está automaticamente autorizado a efetivar a cessão a terceiros, pelo preço mínimo indicado anteriormente;

7.5 – Se não efetivada a cessão nesse preço ofertado e persistir o sócio na intenção de alienar suas quotas sociais, todo o procedimento referente ao exercício do direito de preferência terá que ser renovado e repetido, tendo em vista a nova oferta de preço mínimo.

Cláusula Oitava – DA ADMINISTRAÇÃO

8.1 - A sociedade é administrada pelo sócio **MARLON CHERUBINI**, o qual tem a designação de **Diretor Geral**, por prazo indeterminado, com todos os poderes e atribuições necessárias para a realização total do objeto social, para praticar todas as operações e para a representação da sociedade, assinando sempre **isoladamente**, estando dispensado de caução e autorizado ao uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades e operações estranhas ao interesse social, ou assumir obrigações, tais como fianças, avais, endossos ou aceites de títulos de favor, bem como oneração e alienação de imóveis da sociedade sem a autorização dos demais sócios, seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros.



8.2 – Por sua vez, o sócio **MARCELO CHERUBINI**, designado **Diretor Administrativo**, também por prazo indeterminado, possui poderes e atribuições totais inerentes à administração da sociedade, exceto para as atividades de intermediação imobiliária, assinando **em conjunto ou isoladamente**, estando dispensado de caução e autorizado ao uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades e operações estranhas ao interesse social e intermediações imobiliárias, ou assumir obrigações, tais como fianças, avais, endossos ou aceites de títulos de favor, bem como oneração e alienação de imóveis da sociedade sem a autorização dos demais sócios, seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros.

8.2 - Internamente são atribuídos todos os poderes para a gestão da sociedade e externamente todos os poderes para a representação, ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente, podendo transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos, confessar dívidas, fazer acordos e contrair obrigações, sempre conforme os poderes e as atribuições seu cargo.

8.3 – Externamente a sociedade considerar-se-á obrigada e/ou representada por seu administrador aqui designado, conforme os poderes e as atribuições seu cargo.

8.4 – A outorga de procuração em nome da sociedade somente poderá ser feita pelo administrador, especificando os atos a serem praticados e poderá ser por prazo determinado ou indeterminado, exceto para as atividades de intermediação imobiliária, que são vedadas ao procurador;

8.5 – O uso da denominação social é privativo do administrador nomeado, que responde solidária e ilimitadamente por culpa presumível por invigilância, imperícia, desídia ou dolo, pelos atos praticados contra este contrato social ou determinados por Lei;

8.6 – Pelos serviços prestados o administrador terá o direito a uma remuneração mensal, a título de pró-labore e cuja quantia será fixada pela maioria em reunião de quotista.

Cláusula Nona – DAS REUNIÕES DE QUOTISTAS E SUAS DELIBERAÇÕES

9.1 – Fica pactuada desde já entre os sócios a dispensa da convocação e realização de reuniões, ou assembleias, previstas no art. 1.072, da Lei 10.406/02, aprovando antecipadamente todas as contas e prestação de contas anuais do administrador e outros assuntos de que trata o art. 1.078 da mesma Lei.

Cláusula Décima – DA RETIRADA, DA EXCLUSÃO E DA RESOLUÇÃO DAS QUOTAS DE UM SÓCIO EM RELAÇÃO À SOCIEDADE

10.1 – A retirada de um sócio se dará por sua vontade unilateral, pelo óbito, pela falência da sociedade empresária, pela liquidação de suas quotas obtidas pela sua execução conforme prevê o art. 1.026 da Lei 10.406/2002;

10.2 - O sócio que desejar retirar-se da sociedade fará a comunicação por escrito aos demais sócios e a própria sociedade, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, procedendo de acordo com as disposições da cláusula 7.1;

10.3 – O sócio também poderá ser expulso ou excluído da sociedade, por atos de inegável gravidade, justa causa ou incapacidade superveniente, conforme previsto no Parágrafo Único do art. 1.085 da Lei 10.406/2002;

10.4 – Em caso de falecimento de um dos sócios, os herdeiros legais do “de cujus” poderão ser admitidos na sociedade, desde que não haja impedimento quanto a sua capacidade jurídica;

10.5 – A liquidação dos haveres do sócio que se despede, excluído, pré-morto ou que se retirou, é promovido após apurado seus haveres através de balanço especial levantado na data da resolução.



Cláusula Décima Primeira – DO EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO, DESTINO DOS RESULTADOS

11.1 – O exercício social coincidirá com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano;

11.2 – No final de cada exercício social em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo-se a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico;

11.3 – Os lucros apurados, após constituídas as reservas legais, serão partilhados entre os sócios, ou, então, serão destinados para futuro aumento de capital;

11.4 – Igualmente, os prejuízos apurados, serão suportados pelos sócios proporcionalmente, ou permanecerão em reserva, em conta especial, para serem amortizados com lucros futuros;

11.5 – Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores, se for o caso;

11.6 – A sociedade poderá elaborar balanços intermediários, mensais, trimestrais, ou semestrais, e os sócios poderão deliberar pela distribuição total, ou parcial, dos lucros apurados;

11.7 – Havendo concordância dos sócios, a sociedade poderá distribuir os lucros apurados em seus balanços de forma desproporcional à participação do sócio no capital social.

Cláusula Décima Segunda – DA TRANSFORMAÇÃO, CISÃO, INCORPORAÇÃO, FUSÃO E REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

12.1 – A sociedade poderá, por deliberação dos sócios que representem 75% (setenta e cinco por cento) do capital social:

- a) transformar-se em outro tipo social;
- b) incorporar outra sociedade ou ser incorporada;
- c) fundir-se com outra sociedade;
- d) cindir-se total ou parcialmente.

12.2 - Aos sócios dissidentes fica assegurado o direito de retirar-se da sociedade, nos termos do art. 1.077 da Lei 10.406/2002.

Cláusula Décima Terceira – DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE

13.1 – A sociedade será dissolvida quando ocorrer:

- a) a deliberação da maioria absoluta dos sócios;
- b) a falta de pluralidade de sócios, não reconstituída dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias;
- c) por decisão judicial.

Cláusula Décima Quarta – DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 – Para todos os efeitos legais, fica entendido e concordado que o endereço dos sócios constantes do contrato social ou da ultima alteração contratual serão validos para o encaminhamento de correspondências, avisos e editais de convocação, ficando sob sua responsabilidade comunicar por escrito a empresa sobre qualquer alteração;

14.2 - A sociedade manterá os livros contábeis e fiscais necessários e contratará os serviços de contabilista devidamente habilitado para a execução dos serviços de escrituração dentro das normas



técnicas e legais pertinentes dando cumprimento às disposições do art. 1.177 e seguintes da Lei 10.406/2002.

Cláusula Décima Quinta – DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

15.1 – O(s) administrador(es) e sócio(s) signatário(s) deste instrumento declaram sob as penas da Lei que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

E, por estarem devidamente justos e contratados, lavram, datam e assinam o presente contrato.

Tangará/SC, 21 de outubro de 2021.

MARCELO CHERUBINI
(assinado digitalmente)

MARLON CHERUBINI
(assinado digitalmente)





217749232

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	MC INFO SERVICES LTDA
PROTOCOLO	217749232 - 21/10/2021
ATO	002 - ALTERACAO
EVENTO	021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

MATRIZ

NIRE 42205881682
CNPJ 32.934.392/0001-52
CERTIFICO O REGISTRO EM 21/10/2021
SOB N: 20217749232

EVENTOS

051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 20217749232

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 01600873928 - MARCELO CHERUBINI - Assinado em 21/10/2021 às 08:19:32

Cpf: 03809363995 - MARLON CHERUBINI - Assinado em 21/10/2021 às 08:21:07



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 21/10/2021 Data dos Efeitos 20/10/2021

Arquivamento 20217749232 Protocolo 217749232 de 21/10/2021 NIRE 42205881682

Nome da empresa MC INFO SERVICES LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 269696758145225

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/10/2021 Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

21/10/2021